

P. 6/2017

----- CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE SANEAMENTO AO
CARAMULO – 1ª FASE. -----

----- No dia vinte e sete do mês de janeiro de dois mil e dezassete, no edifício dos
Paços do Concelho, eu Artur Ferreira Gonçalves, na qualidade de Oficial Público da
Câmara Municipal de Tondela, reduzo a escrito o presente Contrato com os
seguintes outorgantes: -----

-----PRIMEIRO-----

----- José António Gomes de Jesus, casado, natural e residente na freguesia e
Concelho de Tondela, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tondela,
outorgando em representação do Município de Tondela com o NIPC 506 822 680,
por força do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 35.º, da Lei número
75/2013, de 12 de Setembro. -----

-----SEGUNDO-----

----- Rui Ferreira de Oliveira, casado, natural e residente na União de Freguesias
de Caparrosa e Silvaes, Concelho de Tondela, com o NIF 197 666 612, com
poderes para outorgar em representação da Sociedade por Quotas Edibest –
Engenharia e Construção, Limitada, com o NIPC 509 430 317 e sede na Rua Nossa
Senhora da Esperança, nº 65 – Adiça, União de Freguesias de Mouraz e Vila Nova
da Rainha, Concelho de Tondela, conforme verifiquei pela Certidão Permanente do
Contrato de Sociedade subscrita em quatro de novembro de dois mil e quinze, que
arquivo sob o número um, titular do Alvará de empreiteiro de obras públicas número
64858 – PUB, que arquivo sob o número dois. -----

----- Verifiquei a identidade dos outorgantes pelo conhecimento pessoal que deles
tenho, bem como dos poderes que legitimam a intervenção do primeiro outorgante
neste ato. -----

----- Pelo primeiro outorgante foi dito que por seu despacho datado de 02/01/2017, que arquivo sob o número três, foi adjudicada à firma aqui representada pelo segundo outorgante e após procedimento por Concurso Público publicado no número 229 da II Série do Diário da República de 29/11/2016, a empreitada de Saneamento ao Caramulo – 1ª Fase, de acordo com a sua proposta e correspondente lista de preços unitários que lhe serviu de base datada de 19/12/2016, que arquivo sob o número quatro. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 23-01-2017, que arquivo sob o número cinco. -----

----- O valor da presente adjudicação é de cento e oitenta e seis mil sessenta e oito euros e sessenta e um centimos, mais o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. -----

----- Que esta empreitada é por série de preços e os pagamentos se efetuarão no prazo máximo de sessenta dias após a apresentação da respetiva fatura, mediante Autos de Medição a realizar mensalmente de acordo com o Caderno de Encargos, que arquivo sob o número seis. -----

----- Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, os quais serão obrigatoriamente abonados ao empreiteiro, independentemente de este os solicitar e incidirão sobre a totalidade da dívida. -----

----- Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a um por mil do preço contratual. -----

----- No caso de incumprimento de prazos parciais vinculativos de execução da

obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no parágrafo anterior, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade. -----

----- O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais vinculativos de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução deste Contrato. -----

----- Que a revisão de preços será feita em conformidade com o artigo 6º do Decreto-Lei número 6/2004, de 06 de janeiro, em articulação com o Despacho SEOP número 1592/2004, de 23 de janeiro, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, mediante a seguinte fórmula: -----

----- F21 – REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ÁGUAS RESIDUAIS. -----

----- Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. -----

----- Que esta empreitada deverá estar concluída duzentos e quarenta dias após a assinatura do Auto de Consignação, prevendo-se o seu início em 30/01/2017 e o seu termo em 30/09/2017. -----

----- No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução dos trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução. -----

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de

Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de Empreitadas e Fornecimentos de Obras Públicas, aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro. -----

----- Pelo segundo outorgante foi dito que aceita para a firma que aqui representa, a presente adjudicação com todas as obrigações que deste Contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte integrante e atrás mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de seis por cento, no montante de onze mil cento e sessenta e quatro euros e doze cêntimos, é de cento e noventa e sete mil duzentos e trinta e dois euros e setenta e três cêntimos. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, os seguintes documentos: -----

----- Documento número sete: Certidão validada via internet e emitida em doze de Dezembro de dois mil e dezasseis pelo Serviço de Finanças de Tondela, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número oito: Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em doze de dezembro de dois mil e dezasseis, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- Documento número nove: Garantia Autónoma N°2017.00147, no montante de nove mil trezentos e três euros e quarenta e três cêntimos, correspondente ao valor de cinco por cento da importância do contrato, passada a favor do Município de Tondela pela Norgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. em seis de janeiro de dois mil e dezassete, como garantia pelo cumprimento do presente Contrato. -----

----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelo capítulo 07-01-04-02, conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

----- O compromisso de verba tem o número sequencial 22607/2017, datado de 24/01/2017. -----

----- Mais se consigna nos termos do disposto na aliena h) do artigo 96 do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, que esta empreitada terá execução no corrente ano. -----

----- Assim o disseram.-----

-----O Primeiro Outorgante: _____

-----O Segundo Outorgante: _____

-----O Oficial Público: _____

